

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis de 2017 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2017, o Sicoob Sul completou 28 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Retornos

ROE/ROA	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	%	p.p Variação
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – anualizado	24,70	19,79	19,79	4,91
Retorno sobre Ativo Médio - anualizado	5,53	4,62	4,62	0,91

	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Demonstração do Resultado do Período			
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	53.361	53.826	- 0,86
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	22.019	37.324	-41,01
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.859	2.415	101,2
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	17.750	13.063	35,88
Receitas com Ato Não Cooperativo	7.630	4.820	58,30
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	43.006	34.159	25,9
Despesas Tributárias	907	662	37,01
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	5.644	4.941	16,5
Ingressos de Depósitos Interooperativos	40.605	36.203	12,16
Juros ao Capital	12.202	14.953	- 18,40
Sobras bruta do exercício	50.230	35.125	43,00

Contribuíram para compor a Sobra de 2017:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 35,88%, a receita com recuperação de prejuízo cresceu 101,20% e a receitas com ato não Cooperativo cresceu 58,30% em relação ao mesmo período de 2016.

Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e outras despesas administrativas e operacionais, em relação ao mesmo período de 2016 foi de 25,90%.

Houve um aumento de 12,16% na receita de ingressos de depósito intercooperativos, que são os rendimentos que a Cooperativa recebeu do Sicoob Central ES pela centralização da administração financeira dos recursos.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 41,27%.

Foi pago em 2017 o valor de R\$ 12.202 mil referente a juros ao capital.

2.3) Dados Patrimoniais

Balanço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2016	
Ativos Totais	975.552	847.383	15,13
Centralização Financeira	484.686	362.907	33,56
Carteira de Crédito	460.585	465.644	- 1,09
Depósitos	576.788	511.368	12,79
Patrimônio Líquido	247.780	207.940	19,16
Patrimônio de Referência (PR)	247.764	207.932	19,16

Os destaques para o crescimento da Cooperativa de 2017:

O total de ativos atingiu R\$ 975.552 mil ao final de dezembro de 2017, com crescimento de 15,13% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os depósitos obtiveram um aumento de 12,79% considerando o mesmo período de 2016, atingindo no final de dezembro de 2017 o montante de R\$ 576.788 mil.

O patrimônio líquido cresceu 19,16% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 247.780 mil.

2.3.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2017			31/12/2016			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	79.808	14.355	94.163	71.054	15.264	86.318	7.845	9,09%
Empréstimos	57.533	228.567	286.100	63.637	238.802	302.439	-16.339	-5,40%
Títulos descontados	7.760	47.007	54.767	8.192	45.898	54.090	677	1,25%
Conta Corrente	6.339	19.216	25.555	6.402	16.395	22.797	2.758	12,10%
Total	151.440	309.145	460.585	149.285	316.359	465.644	-5.059	-1,09%

Em Milhares R\$

3) Pessoas

Contávamos com 223 colaboradores no final de 2017. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 17.988 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em 2017, houve uma concentração de 89,09% nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

Em 2017, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 105 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa.

Dessas demandas, as 55 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 31 de janeiro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

BALANÇO PATRIMONIAL (EM 31/12/2017 E DE 2016 | EM MILHARES DE R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		763.259	625.000
Disponibilidades	4	4.715	3.297
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.157	2.884
Carteira Própria		1.157	2.884
Relações Interfinanceiras	6	484.686	362.907
Centralização Financeira - Cooperativas		484.686	362.907
Operações de Crédito	7	262.478	246.141
Empréstimos e Títulos Descontados		226.449	226.925
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		65.008	61.653
(-) Provisão para Operações de Crédito		(28.979)	(42.437)
Outros Créditos	8.1	5.208	5.982
Créditos por Avais e Fianças Honorados		1.597	1.046
Rendas a Receber		3.217	4.470
Diversos		1.433	1.254
(-)Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.039)	(788)
Outros Valores e Bens	9	5.015	3.789
Outros Valores e Bens		6.038	4.727
(-)Provisões para Desvalorizações		(1.084)	(966)
Despesas Antecipadas		61	28
Não Circulante		212.293	222.383
Realizável a Longo Prazo		182.012	195.688
Títulos e Valores Mobiliários		10.610	16.310
Carteira Própria		10.610	16.310
Operações de Crédito	7	169.128	177.066
Empréstimos e Títulos Descontados		139.973	152.401
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		29.155	24.665
Outros Créditos	8.2	2.274	2.312
Diversos		2.274	2.312
Permanente		30.281	26.695
Investimentos	10	22.895	21.626
Participação em Cooperativa Central de Credito		15.325	15.173
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		7.570	6.453
Imobilizado de Uso	11	7.269	4.903
Imóveis de Uso		379	379
Outras Imobilizações de Uso		13.241	9.798
(-) Depreciações Acumuladas		(6.351)	(5.274)
Intangível	12	117	166
Ativos Intangíveis		621	606
(-) Amortização Acumulada		(504)	(440)
TOTAL		975.552	847.383

PASSIVO	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		675.607	604.007
Depósitos	13	576.717	511.368
Depósito à Vista		124.799	91.696
Depósito Sob Aviso		26.155	24.598
Depósito a Prazo		425.763	395.074
Relações Interfinanceiras		54.316	52.861
Correspondentes		3	1
Repasse interfinanceiros	14.1	54.313	52.860
Relações Interdependências		13.510	13.691
Recursos em Transitado de Terceiros	15	13.510	13.691
Obrigações Por Empréstimos e Repasses		7.560	6.927
Empréstimos no País - Outras Instituições	14.2	7.560	6.927
Outras Obrigações		23.504	19.160
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.1	208	74
Sociais e Estatutárias	16.2	15.466	13.255
Fiscais e Previdenciárias	16.3	1.546	1.465
Diversas	16.4	6.284	4.366
Não Circulante		52.165	35.436
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	13	71	-
Depósito a Prazo		71	-
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	13.1	9.763	-
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		9.763	-
Relações Interfinanceiras		39.529	32.659
Repasse Interfinanceiros	14.1	39.529	32.659
Outras Obrigações		2.802	2.777
Diversas	16.5	2.802	2.777
Patrimônio Líquido		247.780	207.940
Capital Social	18	132.230	119.406
De Domiciliados no País		132.882	119.900
(-) Capital a Realizar		(652)	(494)
Reserva de Sobras		100.623	80.998
Sobras Acumuladas		14.927	8.436
TOTAL		975.552	847.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS (EM 31/12/2017 E DE 2016 | EM MILHARES DE R\$)

	Nota	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Ingressos da Intermediação Financeira		50.984	104.083	107.826
Operações de Crédito	7.1	50.434	102.588	104.783
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	5.1	550	1.495	3.043
Dispêndios da Intermediação Financeira		(35.502)	(72.741)	(91.324)
Operações de Captação no Mercado	13.2	(18.683)	(43.535)	(47.265)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	14.3	(3.586)	(7.187)	(6.735)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos		(13.233)	(22.019)	(37.324)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		15.482	31.342	16.502
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais		7.142	20.074	20.160
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		5.093	9.408	6.177
Rendas (Ingressos) de Tarifas		4.555	8.342	6.886
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	(9.438)	(17.988)	(15.401)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	(11.310)	(21.416)	(16.268)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(489)	(907)	(662)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6.1	18.475	40.605	36.203
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	23	2.654	5.632	5.715
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	24	(2.398)	(3.602)	(2.490)
Resultado Operacional		22.624	51.416	36.662
Resultado Não Operacional	25	101	12	(774)
Resultado Antes da Tributação e Participações		22.725	51.428	35.888
Imposto de Renda e Contribuição Social				
Participações nos Resultados de Empregados		(657)	(1.198)	(763)
Sobras / Perdas antes das Destinações		22.068	50.230	35.125
Destinações legais e Estatutárias			(23.101)	(11.736)
F.A.T.E.S.			(2.576)	(2.362)
Reserva Legal			(20.525)	(9.374)
Resultado antes do Juros ao Capital			27.129	23.389
Juros ao Capital	20		(12.202)	(14.953)
Sobras / Perdas Líquidas			14.927	8.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM 31/12/2017 E DE 2016 | EM MILHARES DE R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/15	97.309	(365)	69.227	1.497	18.817	186.485
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	18.776				(18.776)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(41)	(41)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	6.722	(129)				6.593
Por Devolução (-)	(14.136)					(14.136)
Estorno de Capital	(15)					(15)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					35.125	35.125
Provisão de Juros ao Capital					(14.953)	(14.953)
Subscrição do Juros ao Capital	14.953					14.953
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(2.787)					(2.787)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(394)					(394)
IRRF sobre Juros ao Capital	(528)					(528)
Fates Atos Não Cooperativos					(1.425)	(1.425)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundos de Reserva			9.374		(9.374)	-
F A T E S					(937)	(937)
Saldos em 31/12/16	119.900	(494)	78.601	1.497	8.436	207.940
Saldo em 31/12/16	119.900	(494)	78.601	1.497	8.436	207.940
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	8.391				(8.391)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(45)	(45)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	4.716	(158)				4.558
Por Devolução (-)	(9.242)					(9.242)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(171)					(171)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					50.230	50.230
Provisão de Juros ao Capital					(12.202)	(12.202)
Subscrição do Juros ao Capital	12.202					12.202
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(2.281)					(2.281)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(280)					(280)
IRRF sobre Juros ao Capital	(353)					(353)
Fates Atos Não Cooperativos					(710)	(710)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundos de Reserva			20.525		(20.525)	-
F A T E S					(1.866)	(1.866)
Saldos em 31/12/17	132.882	(652)	99.126	1.497	14.927	247.780
Saldo em 30/06/17	125.741	(542)	78.601	1.497	22.703	228.000
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	2.244	(110)				2.134
Por Devolução (-)	(4.330)					(4.330)
Estorno de Capital	(61)					(61)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					22.068	22.068
Provisão de Juros ao Capital					(6.743)	(6.743)
Subscrição do Juros ao Capital	12.202					12.202
Juros ao Capital Pago em Conta corrente	(2.281)					(2.281)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(280)					(280)
IRRF sobre Juros ao Capital	(353)					(353)
Fates Atos Não Cooperativos					(710)	(710)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundos de Reserva			20.525		(20.525)	-
F A T E S					(1.866)	(1.866)
Saldos em 31/12/17	132.882	(652)	99.126	1.497	14.927	247.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (EM 31/12/2017 E DE 2016 | EM MILHARES DE R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2017	31/12/2017	31/12/2016
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	22.725	51.428	35.888
Participações nos Resultados de Empregados	(657)	(1.198)	(763)
Depreciações e Amortizações	610	1.172	895
Provisão para perda com operações de crédito	13.233	22.019	37.324
Provisão de Juros ao Capital	(6.743)	(12.202)	(14.953)
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(879)	(1.314)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	-	(31)
	29.168	60.340	57.046
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Títulos e Valores Mobiliários	3.358	7.427	13.282
Relações Interfinanceiras	81	-	-
Operações de Crédito	(7.785)	(30.419)	(34.150)
Outros Créditos	936	812	(2.520)
Outros Valores e Bens	(70)	(1.225)	(1.649)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	15.293	33.103	12.802
Depósitos sob Aviso	693	1.557	(2.943)
Depósitos a Prazo	5.053	30.760	134.541
Recur. De Aceites Cambiais, Letras	9.763	9.763	-
Outras Obrigações	(1.620)	4.367	3.404
Relações Interfinanceiras	(2.232)	8.326	(1.182)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	633	(337)
Relações Interdependências	13.237	(180)	5.176
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	65.875	125.264	183.470
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	879	646
Distribuição Sobras da Central	-	-	668
Recebimento de Venda Imobilizações de Uso	-	-	44
Aplicação no Intangível	(4)	(8)	(2)
Inversões em Imobilizado de Uso	(3.132)	(3.480)	(2.359)
Inversões em Investimentos	(371)	(1.270)	(2.196)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(3.507)	(3.879)	(3.199)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	2.134	4.558	6.593
Devolução de Capital à Cooperados	(4.330)	(9.242)	(14.136)
Estorno/Cancelamento de Capital (-)	(61)	(171)	(15)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(45)	(41)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	(710)	(710)	(1.425)
FATES Sobras Exercício	(1.866)	(1.866)	(937)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	(280)	(280)	(394)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.281)	(2.281)	(2.787)
Subscrição do Juros ao Capital	12.202	12.202	14.953
IRRF sobre Juros ao Capital	(353)	(353)	(528)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	4.455	1.812	1.283
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	66.823	123.197	181.554
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	422.578	366.204	184.650
No Fim do Período	489.401	489.401	366.204
Varição Líquida das Disponibilidades	66.823	123.197	181.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2017 E DE 2016 | EM MILHARES DE R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL ("SICOOB SUL" ou "Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/09/1989, filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Federação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB SUL possui 24 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CASTELO - ES, VARGEM ALTA - ES, ALEGRE - ES, SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, RIO NOVO DO SUL - ES, BOM JESUS DO NORTE - ES, GUAÇUÍ - ES, MARATAÍZES - ES, PRESIDENTE KENNEDY - ES, MIMOSO DO SUL - ES, ITAPERUNA - RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA - RJ, MACAÉ - RJ, RIO DAS OSTRAS - RJ, ITAOCARA-RJ e JERÔNIMO MONTEIRO - ES

O SICOOB SUL tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposto em contrário. As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros prefixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério «pro rata temporis», com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido («pro rata temporis»), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

(m) Provisões e Passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Passivos contingentes

As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

(p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas nas sobras do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que mereça divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

4. Disponibilidade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa (a)	3.991	2.890
Outros Bancos Privados	-	5
Banco Bancoob	-	4
Numerário em Trânsito (b)	724	398
Total	4.715	3.297

(a) Numerário em tesouraria e terminais de autoatendimento das agências da Cooperativa.

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2017 E DE 2016 | EM MILHARES DE R\$)

(b) Numerário custodiado em empresas de guarda de valores.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Título De Renda Fixa – Circulante	1.157	2.887
Título De Renda Fixa – Não circulante	10.610	16.310
Total	11.767	19.194

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

5.1 Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. e Instr. Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rdc - pós-fixado	1.495	3.043
Total	1.495	3.043

6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	484.686	362.907
Total	484.686	362.907

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2017 no montante de R\$ 40.605 (31/12/2016 – R\$ 36.203) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Intercooperativos".

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Operações de Crédito	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a Depositantes	1.388	1.711
Cheque Especial	5.798	5.667
Conta Garantida	18.368	15.419
Empréstimo	261.857	273.682
Títulos Descontados	54.767	54.090
Financiamentos	24.244	28.757
Financiamentos Rurais	94.163	86.318
Total da Carteira de Crédito	460.585	465.644
(Provisão para operações de Crédito)	-28.979	-42.437
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	431.606	423.207

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	1.388	0	0	1.388
Cheque Especial	5.798	0	0	5.798
Conta Garantida	18.368	0	0	18.368
Empréstimos	48.005	86.051	127.801	261.857
Títulos Descontados	48.920	5.846	1	54.767
Financiamentos	3.786	8.287	12.171	24.244
Financiamentos Rurais	8.849	56.159	29.155	94.163
TOTAL	135.114	156.343	169.128	460.585

c) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

d) Composição da provisão por classificação de nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível de Risco	% Provisão	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor Operações	Provisão Constituída	Valor Operações	Provisão Constituída
AA	-	9.043	0	19.146	0
A	0,5	169.597	847	171.557	857
B	1	182.099	1.821	178.713	1.787
C	3	49.584	1.488	27.608	828
D	10	22.335	2.234	27.087	2.709
E	30	4.387	1.316	4.402	1.321
F	50	3.854	1.927	3.296	1.648
G	70	1.134	794	1.828	1.280
H	100	18.552	18.552	32.007	32.007
Total		460.585	28.979	465.644	42.437

e) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	31/12/2017		31/12/2016		
		Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	% da Carteira	
Setor Privado - Comércio	5.742	70.081	19.318	1.628	96.769	21%
Setor Privado - Indústria	856	15.103	5.684	0	21.643	5%
Setor Privado - Serviços	12.568	122.218	21.729	1.539	158.054	34%
Pessoa Física	6.339	57.533	7.760	79.808	151.440	33%
Outros	50	21.165	276	11.188	32.679	7%
TOTAL	25.555	286.100	54.767	94.163	460.585	100%

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	42.437	21.076
Constituições	21.768	36.237
Transferência para prejuízo	(35.226)	(14.876)
TOTAL	28.979	42.437

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedor	11.534	3%	14.416	3%
10 Maiores Devedores	84.736	18%	87.231	19%
50 Maiores Devedores	162.357	35%	176.462	38%

h) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	39.811	27.906
Valor das operações transferidas no período	35.226	14.876
Valor das operações recuperadas no período	(3.023)	(2.945)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	1	3
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(90)	(29)
TOTAL	71.925	39.811

7.1 Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas de adiantamentos a depositantes	1910	2280
Rendas de empréstimos	70323	70042
Rendas de direitos creditórios descontados	14498	16511
Rendas de financiamentos	6120	7047
Rendas financ rurais - aplic repassadas e refinanc	257	138
Rendas financ rurais - aplic repassadas e refinanc	6456	5818
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3024	2947
Total	102.588	104.783

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

8.1 Descrição – Curto Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Avais e Fianças Honradas	1.597	1.406
Créditos por avais e fianças honradas	1.597	1.046
Rendas a Receber	3.217	4.470
Rendas de convenio a receber	64	61
Rendas a receber - Cartões	341	301
Centralização financeira	2.640	4.007
Rendas a receber seguros	86	-
Rendas convênios inss	3	5
Outras Rendas a Receber	83	96
Diversos	1.433	1.254
Antecipação Salariais	132	112
Adiantamento de Salário	-	2
Adiantamento de Férias	132	110
Adiantamentos Diversos	-	11
Adiantamento para despesas Diversas	-	11
Adiantamentos Por Conta de Imobilizações	190	24
Adiantamento por conta de Imobilizações	190	24
Impostos e Contribuições a Compensar	448	717
Saldo Negativo IRPJ – Exercício anteriores	307	419
Saldo Negativo CSLL – Exercício anteriores	133	298
ISS – Retenções	1	-
Cofins a Compensar	6	-
Pis a Compensar	1	-
Pagamentos a Ressorcir	5	25
Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito	-	16
Outros	5	9
Títulos de Crédito a Receber	375	277
Tarifas a Receber	375	277
Devedores Diversos - País	283	88
Pro Agro a Receber	3	-
Faltas de Caixa	8	6
Pendências a Regularizar	27	15
Plano de Saúde a Receber	11	11
Pendências a Regularizar Bancoob	234	56
Total	6.247	6.770
(-) Provisão para Outros Créditos	(1.039)	(788)
(-) Com característica de concessão de crédito	(1.039)	(788)
Total Outros créditos Líquido	5.208	5.982

8.2 Descrição – Longo Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Devedores por Depósito e Garantia (a)	2.208	2.138
Pis – Depósito Judicial	369	356
Cofins – Depósito Judicial	1.732	1.673
Outros	107	109
Para interposição de recursos trabalhistas	66	174
Para interposição de recursos trabalhistas	66	174
Total	2.274	2.312

(a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 16.5.

9. Outros valores e bens

Encontram-se registrados neste grupo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de Uso Próprio (a)	5.930	4.621
Imóveis	3.917	4.621
Bens em Regime Especial	2.013	-
Almoxarifado	108	106
(-) Prov. para desvalorização de Outros Valores e Bens (b)	(1.084)	(966)
Despesa Antecipada (c)	61	28
Prêmio de seguros	14	14
Outros	47	14
Total	5.015	3.789

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(b) Refere-se a provisão com base em laudo atualizado dos valores de mercados dos bens não de uso próprio;

(c) Os valores mais relevantes registrado em outros refere-se a Contribuição Cooperativista.

10. Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cooperativa Central de Credito do Espírito Santo – Sicoob Central	15.325	15.173
Participações em Cooperativa Central de Credito	15.325	15.173
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB	7.570	6.453
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	7.570	6.453
Total	22.895	21.626

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2017	31/12/2016
Imobilizado em Curso		882	-
Saldo Imobilizado em Curso		882	-
Terrenos	-	379	379
Saldo Imobilizado de Uso		379	379
Instalações	10%	5.069	3.782
(-) depreciação acumulada de instalações		(2.377)	(1.874)
Saldo Instalações		2.692	1.909
Móveis e Equipamentos	10%	2.938	2.448
(-) depreciação acumulada de móveis e equipamentos de uso		(1.380)	(1.160)
Saldo Móveis e Equipamentos		1.558	1.288
Sistema de Processamento de Dados	10%	3.063	2.548
(-) sistema de processamento de dados		(2.080)	(1.808)
Saldo Sistema de Processamento de Dados		983	740
Sistemas de Comunicação	20%	220	185
(-) sistema de comunicação-equipamentos		(97)	(79)
Saldo Sistemas de Comunicação		123	106
Sistemas de Segurança	10%	850	641
(-) depreciação acumulada - sistema de segurança		(344)	(283)
Saldo Sistemas de Segurança		506	358
Sistemas de Transporte	20%	219	193
(-) depreciação acumulada - sistema de transporte		(73)	(70)
Saldo Sistemas de Transporte		146	123
Subtotal		13.620	10.177
Depreciação acumulada		(6.351)	(5.274)
Total Líquido Imobilizado.		7.269	4.903

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Taxa de Amortização	31/12/2017	31/12/2016
Direito de Uso	621	(504)	10%	621	606
Total				621	606
Amortização acumulada		(504)			(440)
Total				117	166

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	124.799	91.696
Depósito Sob Aviso	26.155	24.598
Depósito a Prazo	425.834	395.074
Total	576.788	511.368

Os depósitos, até o limite de R\$ 250, por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n° 4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	42.496	7%	55.863	11%
10 Maiores Depositantes	116.470	20%	112.660	23%
50 Maiores Depositantes	193.069	33%	176.397	35%

13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio	9.763	0
Total	9.763	0

13.2 Operações de Captação no Mercado

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	2.411	3.694
Despesas de Depósitos a Prazo	40.228	42.913
Despesas de Depósitos Judiciais	1	1
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	57	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	838	657
Total	43.535	47.265

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

14.1 Relações Interfinanceiras:

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Relações Interfinanceiras:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2017
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	39.570	36.878	70.976
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	14.743	2.651	14.543
Total			54.313	39.529	85.519

14.2 Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2017		31/12/2016
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
Sicoob Central ES	Diversas	Diversos	7.560	-	6.927
Total			7.560	-	6.927

14.3 Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses

Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao Bancoob e Sicoob Central.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Empréstimo Rotativo Central	695	1.016
Despesas de repasse - Central	1.451	1.165
Despesas de repasse - Bancoob	5.041	4.554
Total	7.187	6.735

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse conforme convênios firmados.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento (a)	13.507	13.687
Recebimento em Transitio de Terceiros (b)	3	4
Total	13.510	13.691

(a) Refere-se a recebimentos de R\$13.506 mil em cheques emitidos contra ordem de terceiros.

(b) Refere-se a recebimentos R\$3 mil de Convênios de Saneamento a serem repassados.

16. Outras Obrigações

16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito - IOF	206	70
Operações com títulos e valores mobiliários - IOF	2	4
Total	208	74

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	11.053	9.930
Provisão para Participações nos Lucros - empregados (b)	739	761
Gratificações a Dirigentes (c)	156	17
Cotas de Capital a Pagar (d)	3.518	2.548
Total	15.466	13.256

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

(b) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 739 a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/17.

(c) Refere-se a provisão para pagamento de bônus para Diretoria Executiva.

(d) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	112	84
Imposto e contribuições s/ salários	568	510
Outros	866	871
Total	1.546	1.465

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por aquisição de bens e direitos	6	1
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento (b)	1677	1223
Despesas de Pessoal	1340	1174
Aluguéis	90	49
Comunicações	33	84
Propaganda e publicidade	10	4
Segurança e vigilância	-	16
Manutenção e conservação de bens	9	9
Transporte	73	7
Plano de saúde	101	10
Compensação	108	236
Seguros a recolher	4	3
Seguro prestamista	280	254
Provisão de despesas com cartões	125	104
Outras despesas administrativa	106	37
Provisão para Garantias Prestadas	1173	599

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Pendências a regularizar	82	18
Diferença de caixa	36	30
Pagamentos a processar	18	30
Pendências a regularizar banco	141	35
Cooperativa central	193	4
Valores a pagar arrecadação	8	18
Taxas alienação de veículos a	21	15
Taxas de gravames a repassar	4	3
Cheques Descontados (a)	487	269
Credores diversos - Liquidação de cobrança	134	128
Crédito de Terceiros	15	-
Outros	10	6
Total	6.284	4.366

a. Refere-se a cheques depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2017;

b. Refere-se aos convênios de folhas de pagamento com empresas associadas;

16.5 Contingências Passivas

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões, que estão registradas na rubrica provisões para contingências.

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões p/ Contingências	Depósitos judiciais	Provisões p/ Contingências	Depósitos Judiciais
PIS (a)	369	369	356	356
COFINS (a)	1.732	1.732	1.673	1.673
Passivos Trabalhistas (b)	190	66	110	174
Outras contingências	-	107	638	109
Cíveis (c)	511	-	-	-
Total	2.802	2.274	2.777	2.313

(a) PIS e COFINS - quando do advento da lei no. 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a dezembro de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em garantia;

(b) Provisão de ações por reclamações trabalhistas;

(c) Refere-se a processo de dano moral e material que foram reclassificados da conta de "outras contingências".

Os processos judiciais em que a Cooperativa figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis processos, totalizando R\$ 62.

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB SUL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	132.230	119.406
Associados	33.014	27.567

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

(c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/04/2017, os cooperados deliberraram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para aumento do capital social, no valor de R\$ 8.436.

(D) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobra líquida do exercício	38.028	20.172
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(710)	(1.425)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	37.318	18.747
Destinações estatutárias	(22.391)	(10.311)
Reserva legal - 55%	(20.525)	(9.374)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(1.866)	(937)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	14.927	8.436

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Receita de prestação de serviços	6.267	3.807
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.366)	(483)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.287)	(744)
Resultado operacional	3.614	2.580
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	12	(744)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	3.626	1.836
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(2.916)	(411)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	710	1.425

20. Juros sobre o Capital Próprio

A Cooperativa efetuou pagamento de juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. O referido pagamento foi demonstrado na Demonstração de Sobras ou Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Juros ao Capital	12.202	14.953
IRRF sobre juros ao capital	(353)	(528)
Juros ao Capital - Associados Desligados	(280)	(394)
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(2.281)	(2.787)
Valor incorporado a conta capital	9.288	11.244

21. Dispêndios/Despesas com Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de honorários	1539	1379
Despesas de pessoal - benefícios	3573	2908
Despesas de pessoal - encargos sociais	3498	2983
Despesas de pessoal - proventos	9179	7978
Despesas de remuneração de estagiários	191	144
Despesas de pessoal - outros	8	9
Total	17.988	15.401

22. Outros Dispêndios/Despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas são constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de água energia e gás	516	426
Despesas de alugueis	1.633	1.368
Despesas de comunicações	912	725
Despesas de manutenção e conservação de bens	222	180
Despesas de material	403	328
Despesas de processamento de dados	3.044	1.402
Despesas de promoções e relações públicas	299	232
Despesas de propaganda e publicidade	875	712
Despesas de publicações	15	12
Despesas de seguros	29	17
Despesas de serviços do sistema financeiro	4.277	4.901
Despesas de serviços de terceiros	1.071	827
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1.539	1.229

NOTAS EXPLICATIVAS (EM 31/12/2016 E DE 2015 | EM MILHARES DE R\$)

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de serviços técnicos especializados	493	325
Despesas de transporte	659	368
Despesas de viagem no país	312	218
Outras despesas administrativas	3.944	2.103
Despesas de amortização	64	62
Despesas de depreciação	1.109	833
Total	21.416	16.268

23. Outros ingressos/rendas operacionais

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcrede.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reversão provisão para garantias prestadas	51	0
Reversão provisão para contingência	141	0
Rendas juros cartão de crédito	1.913	1.373
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	389	508
Dividendos	879	646
Crédito receita sipag - faturamento	111	43
Crédito receita sipag - antecipação	430	78
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	691	449
Rendas intercâmbio - cartão de débito	10	79
Distribuição de sobras da central	0	668
Rendas de repasses delcredere	765	1.102
Outras rendas operacionais	252	769
Total	5.632	5.715

a) Este valor refere-se a reversões de despesas ocorridas no período.

24. Outros dispêndios/despesas operacionais

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes e contribuição ao fundo de tecnologia da confederação.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Perdas - fraudes externas	147	15
Perdas - práticas inadequadas	50	1
Perdas - falhas de gerenciamento	21	2
Provisão para garantias presta	626	0
Descontos concedidos - operações de Crédito	1.122	362
Bonificação de seguro prestamista	6	13
Correspondente bancário	87	83
Passivos trabalhistas	0	141
Passivos contingentes	93	507
Cancelamento - tarifas pendentes	611	547
Descontos concedidos - oper créd - crédito pessoal	12	23
Tarifa recebimento convênio - cra's cartórios	11	0
Contrib. ao fundo ressarc. Fraudes	29	12
Contrib. ao fundo ressarc. perdas operacionais	19	8
Contrib. ao fundo tecnologia da informação	630	644
Outras contrib. diversas	97	108
Outros	41	24
Total	3.602	2.490

25. Resultado não operacional

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2017	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	13	35
Ganhos de capital	71	75
Outras rendas não operacionais	67	52
(-)Perdas de capital	(20)	(13)
(-)Despesa de Provisões não Operacionais	(118)	(922)
(-)Outras Despesas não Operacionais	(1)	(1)
Total	12	(774)

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Operações ativas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	16	-	0,21%
Crédito Rural	447	(5)	0,42%
Empréstimo	13.817	(1.379)	5,00 %
Financiamentos	75	(2)	0,04
Títulos Descontados	31	-	0,02%

Percentual em relação a carteira ativa referente a movimentação total

Descrição	31/12/2017
Empréstimos e Financiamentos	2%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,04%
Crédito Rural	0,04%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito com garantias prestadas	31/12/2017
Crédito Rural	11.260
Empréstimos e Financiamentos	29.981

Operações passivas das partes relacionadas – saldo em 31/12/2017:

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	294	0,24%	-
Depósitos a Prazo	10.344	2,24%	80%a 102% CDI

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques	1,75% a.m à 1,90% a.m	1,45% a.m à 3,50% a.m
Empréstimos	1,90% a.m à 4,65% a.m	CDI + 0,50% a.m à 4,85% a.m
Renegociações	CDI+0,70	CDI+0,30 a CDI+4,00% a.m.
Crédito Rural - RPL	-	1,25% a 2,80% a.m
Crédito Rural - Repasses	5,50% a.a à 8,50% a.a	2,50% a.a à 10,50% a.a
Aplicações financeiras – RDC *	80%a 102% CDI	90%a 100% CDI

* Aplicação em conformidade com a tabela vigente na época.

Em 31/12/2017, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2017
Honorários e Cédula de Presença	1.306
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	42

A Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Sicoob Central ES que é uma Cooperativa Central de Crédito, o qual, a Cooperativa tem participação e está presente e no conselho de administração e com o Bancoob.

Transações com Sicoob Central ES e Bancoob		
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo	496.453	382.101

Títulos e Valores mobiliários	11.767	19.194
Relações Interfinanceiras	484.686	362.907
Passivo	101.402	92.446
Relações Interfinanceiras	93.842	85.519
Obrigações por Empréstimos e Repasses	7.560	6.927
Receitas	42.100	39.246
Resultado de Operações com Tit. E Valores Mobil. E Instr. Financeiros	1.495	3.043
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	40.605	36.203
Despesas	9.177	7.248
Operações de Empréstimos e Repasses	7.187	6.735
Despesas Administrativas (Rateio Despesas da Central)	1.990	513

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL - SICOOB SUL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL ES, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL ES a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB SUL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL ES perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

28. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

28.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no site do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

28.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO SUL DO ESPIRITO SANTO - SICOOB SUL aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

29. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 42.044 (31/12/2016 – R\$ 33.812), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

30. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 1º/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	247.764	207.932
Margem de Compatibilização	176.079	141.303
Índice da Basileia	44,93%	40,57%
Margem de Imobilização	116.513	98.905

Cachoeiro de Itapemirim-ES, 31 de dezembro de 2017.

Luiz Fernando Bonandi
Diretor Executivo
CPF: 761.768.197-68

Eliene Maria Messias
Diretora Operacional
CPF: 017.142.437-96

Fábia Lorena Rosi Mantovanelli
Contadora CRC nº 013868/O-8-ES
CPF: 007.835.517-62

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul
 Cachoeiro do Itapemirim/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Sul em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Sul para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 13 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 23 de março de 2018.



Felipe Rodrigues Beiral
 Contador CRC MG - 90.766/O-4
 CNAI 2.994

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O conselho fiscal da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Sul do Espírito Santo – Sicoob Sul**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos – CNAC (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa), datado de 23 de março de 2018, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 28 de Março de 2018.

Paulo Shalders
 Coordenador do Conselho Fiscal

Paulo Roberto Ciancio Marino
 Secretário do Conselho Fiscal

Joelso Moreira
 Conselheiro Fiscal Efetivo

Fazer parte é:
 unir-se a pessoas
 com sonhos
 como o seu.

O Sicoob é dos seus cooperados: gente com projetos de vida e vontade de realizar. Sem fins lucrativos, oferece produtos e serviços financeiros que não foram criados para gerar resultados para uma empresa, e sim valor para você.
Fazer parte é ter uma certeza: juntos, podemos fazer muito.

SICOOB
 Faça parte.

sicoob.com.br